



(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 (Em milhares de reais)

– A exaustão do ativo leva em consideração o prazo estimado de produção de minério;

– As estimativas dos custos são baseadas em estudos efetuados pela Sociedade conjuntamente com empresa especializada em gestão ambiental e estão contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo;

– As estimativas de custos são revistas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados em contrapartida com o resultado.

f) O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL. A Sociedade goza de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. O incentivo fiscal de redução de IRPJ está sendo apropriado diretamente no resultado, reduzindo a despesa com esse tributo. No encerramento do exercício o referido incentivo fiscal é destinado para reserva de incentivos fiscais, conforme no artigo 195-A da Lei 6.404/76. O valor destinado para essa reserva foi excluído da base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

g) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto.

h) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência.

i) A Sociedade mantém uma operação de swap convertendo os encargos financeiros pactuados em contrato de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa Libor acrescida de um percentual de juros, por taxas de juros prefixadas. A Sociedade reconhece a contrapartida da avaliação patrimonial a valor de mercado (*fair value*) de sua operação de hedge, líquida dos efeitos tributários na conta de Ajuste de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido.

j) Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço.

k) A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de estimativas e premissas relacionadas com o registro e a divulgação de ativos, passivos, receitas e despesas nas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas utilizadas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro da provisão para contingências e à provisão de reforestamento e fechamento de minas, dentre outras.

l) Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que serão aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título	Data
16	Estoques	08/05/2009
20	Custo de empréstimos	08/05/2009
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro	26/06/2009
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	26/06/2009
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis	17/07/2009
27	Ativo Imobilizado	26/06/2009
30	Receitas	07/08/2009
31	Ativo Não-Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	17/07/2009
32	Tributos sobre o Lucro	17/07/2009
33	Benefícios a Empregados	04/09/2009
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	19/11/2009
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação	19/11/2009
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	19/11/2009
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40	23/12/2009

ICPC	Título	Data
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos	04/09/2009
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade para Investimento	23/12/2009
12	Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares	23/12/2009

A Sociedade avaliou os reflexos das normas acima, e concluiu que, caso tivessem sido adotadas nas demonstrações financeiras de 2009, não teriam impactos relevantes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro, o saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, como se segue:

	2009	2008
Caixa e bancos	42	61
Títulos e valores mobiliários (*)	2.646	18.271
Total	<u>2.688</u>	<u>18.332</u>

(*) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritos a seguir:

Bancos	Rendimentos	2009	2008
Banco do Brasil	CDI	-	1.307
Bradesco	CDI	331	10.937
Santander	CDI	-	2.943
Unibanco	CDI	-	3.084
Westlb	CDI	2.315	-
Total		<u>2.646</u>	<u>18.271</u>

4. ESTOQUES

Em 31 de dezembro, o saldo de estoques era composto como se segue:

	2009	2008
Bauxita:		
Minerada	441	145
Britada	832	440
Lavada	5.125	3.633
Úmida	18.152	15.003
Seca	874	2.267
	<u>25.424</u>	<u>21.488</u>
Materiais de consumo e outros	13.569	18.318
Total	<u>38.993</u>	<u>39.806</u>

6. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro, o ativo imobilizado era composto como se segue:

CPC	Título	Data	Taxas de depreciação/exaustão (%)	2009			2008		
				Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
	Instalações industriais e gerais		5 e 20	953.014	(555.812)	397.202	942.877	(530.357)	412.520
	Prédios e instalações		4	227.611	(166.041)	61.570	223.664	(159.534)	64.130
	Máquinas e equipamentos		10	461.330	(331.415)	129.915	447.921	(295.280)	152.641
	Ferrovias		4 e 10	117.811	(102.081)	15.730	118.839	(100.372)	18.467
	Fechamento de minas		Conforme extração	33.772	(5.494)	28.278	33.772	(3.774)	29.998
	Jazidas de minério – bauxita		Conforme extração	91.164	(15.463)	75.701	78.246	(12.377)	65.869
	Móveis e utensílios		10 a 20	31.294	(21.728)	9.566	29.860	(20.183)	9.677
	Veículos		10 a 20	211.703	(135.638)	76.065	192.150	(123.241)	68.909
				<u>2.127.699</u>	<u>(1.333.672)</u>	<u>794.027</u>	<u>2.067.329</u>	<u>(1.245.118)</u>	<u>822.211</u>
	Imobilizações em curso			85.048	-	85.048	69.218	-	69.218
	Total do imobilizado			<u>2.212.747</u>	<u>(1.333.672)</u>	<u>879.075</u>	<u>2.136.547</u>	<u>(1.245.118)</u>	<u>891.429</u>

7. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro, o ativo intangível era composto como se segue:

	Taxas de amortização (%)	2009			2008		
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares	20	24.320	(19.783)	4.537	22.388	(17.609)	4.779
Total do intangível		<u>24.320</u>	<u>(19.783)</u>	<u>4.537</u>	<u>22.388</u>	<u>(17.609)</u>	<u>4.779</u>

(CONTINUA)

5. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro, o saldo de depósitos judiciais era composto como se segue:

	2009	2008
Tributos federais sobre operação de redução de capital (*)	321.501	573.622
Outros	254	181
Total	<u>321.755</u>	<u>573.803</u>
Circulante	321.501	-
Não circulante	254	573.803

(*) Redução de capital

A Sociedade foi autuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste Auto de Infração. Objetivando suspender a exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei 11.941/09, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009, a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém-PA, a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo (os recursos são garantidos por depósito judicial).

O valor de R\$321.501 refere-se ao depósito atualizado monetariamente até dezembro de 2009 no montante de R\$604.876, líquido de provisão para contingência de R\$283.375, com base na informação da Receita Federal para liquidação do débito em 2010.

A contrapartida no resultado do exercício de 2009 da referida provisão inclui R\$118.241 de valor principal e R\$165.134 de atualização monetária.

A administração, baseada na opinião de seus assessores legais, espera que o valor líquido do depósito judicial seja levantado ainda no exercício de 2010 e, portanto, reclassificou o saldo para o ativo circulante.